

**Relatório sobre a Oficina QUAPÁ SEL RECIFE, PE.  
Universidade Federal de Pernambuco, UFPE.  
24 a 26 de agosto de 2008.**

**SISTEMAS DE ESPAÇOS LIVRES URBANOS E A CONSTITUIÇÃO DA ESFERA  
PÚBLICA CONTEMPORÂNEA NO BRASIL.**

**Equipe Núcleo Quapá-SEL São Paulo:**

Arq. Fany Galender (Coordenadora)  
Dr. Ana Cecília de Arruda Campos  
Arq. Denis Cossia  
Graduando Marco André Salles  
Dr. Rogério Akamine

**Coordenador do Núcleo QUAPÁ-SEL Recife:**

Prof. Dr. Ana Rita Sá Carneiro, coordenadora do Laboratório da Paisagem junto à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPE.

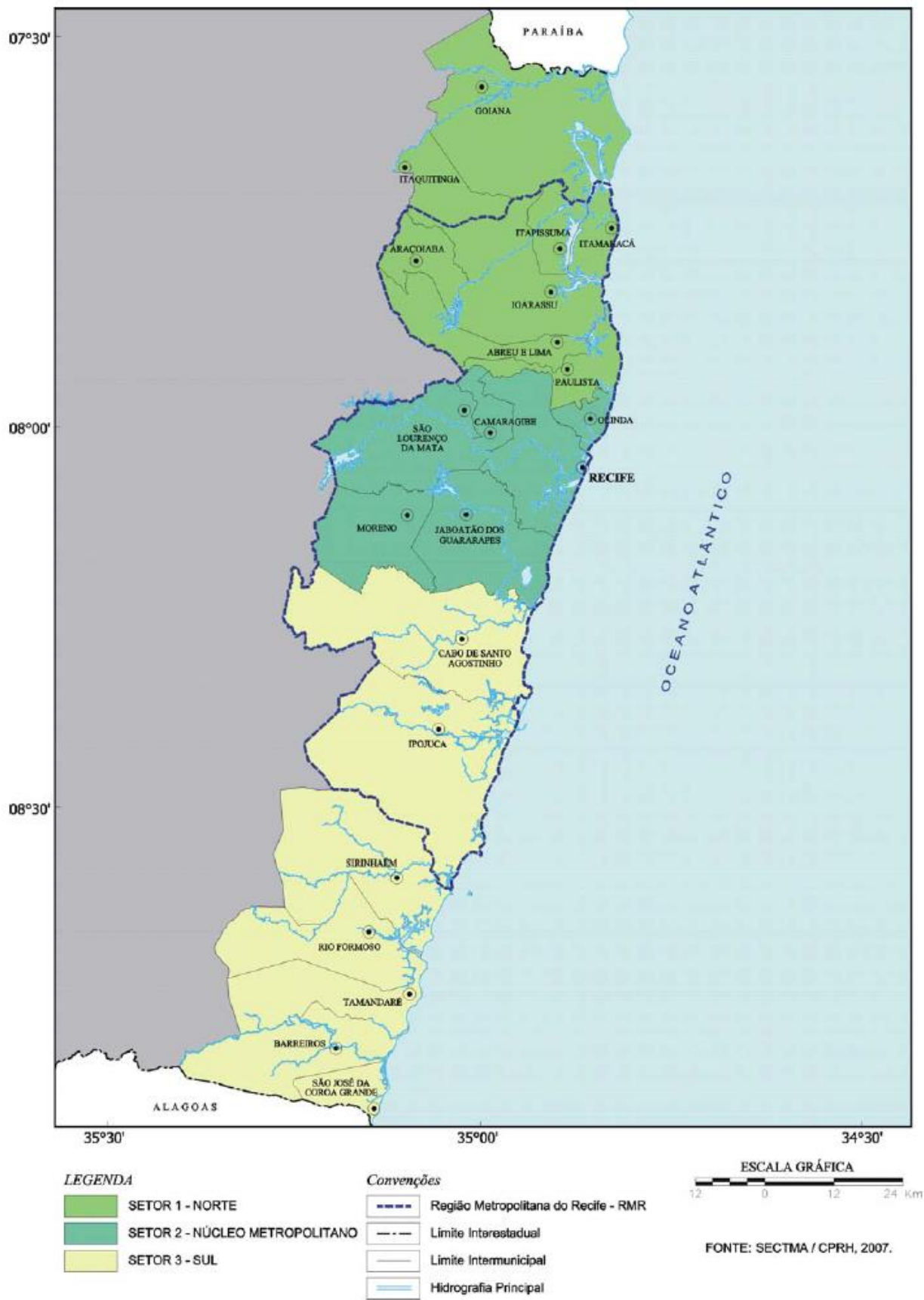
## **Introdução**

A Região Metropolitana do Recife (RMR) é a quinta maior do país em população e possui cerca de 3,309 milhões de habitantes (2000). É formada por 14 municípios<sup>1</sup> totalizando praticamente 2.536 km<sup>2</sup>. A cidade do Recife, com 219,49 km<sup>2</sup>, abriga 1,422 milhões de habitantes (2000) ou 43% da RMR, e é dividida em 6 regiões político-administrativas e 94 bairros, sendo o mais populoso o de Boa Viagem com cerca de 100 mil habitantes. Embora a densidade populacional seja de 64,78 hab/ha, os bairros mais densamente ocupados são Alto José do Pinho com 299,57 hab/ha e Brasília Teimosa com 292,78 hab/ha.

A Prefeitura do município reconhece 66 Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS). O valor do rendimento nominal mediano mensal dos responsáveis por domicílios é de R\$ 350,00. Em 2003, 76,21% dos empregos correspondiam aos setores de comércio e serviços, e 8,58% estavam na indústria de transformação.

---

<sup>1</sup> A Região Metropolitana do Recife é constituída pelos municípios de Abreu e Lima, Araçoiaba, Cabo de Santo Agostinho, Camaragibe, Igarassu, Ipojuca, Itamaracá, Itapissuma, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Olinda, Paulista, Recife e São Lourenço da Mata.



Fonte: [www.cprh.pe.gov.br/downloads](http://www.cprh.pe.gov.br/downloads).

Do total de sua extensão territorial, 67,4% correspondem a morros; 23,26% às planícies; 9,31% ao ambiente aquático e 5,58% à ZEPAs – Zonas Especiais de Preservação Ambiental. O município possui 8,6 km de extensão de praias. Segundo caracterização do *Atlas Ambiental do Recife* (2000):

- *Ambiente dos Morros*: estendem-se pelas porções Norte, Oeste e Sudoeste do município. Variam entre 50 e 80 metros de altitude, quando a altitude do município é de 4 metros. No setor Noroeste existem ainda espaços com características semi-rurais;

- *Ambiente da Planície*: situa-se entre os morros e o Baixo Estuário. Originalmente foi ocupada por canaviais e sedes de engenho, dando lugar posteriormente a loteamentos residenciais e núcleos comerciais. Abriga os bairros mais tradicionais da cidade;

- *Ambiente do Baixo Estuário*: área de intensas trocas entre águas de rios e mar, possui 30 km<sup>2</sup> e mais de 200 mil habitantes. Em algumas áreas aterradas construíram-se monumentos e edificações; outras foram ocupadas por bairros populares;

- *Ambiente Litorâneo*: estende-se por mais de 6 km. A densidade edificada e populacional, com reduzidos espaços livres públicos, é amenizada pela orla marítima, considerado parque linear de âmbito metropolitano;

- *Ambiente Aquático*: compreende as águas superficiais, salgadas e doces (rios, canais, lagoas, açudes). As águas constituem importante elemento da paisagem da cidade. Os rios mais importantes são: Capibaribe, Beberibe e Tejipió.

Como o *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza* (SNUC) no seu artigo 6º, possibilita que Estados e Municípios delimitem unidades de conservação em conformidade com suas peculiaridades locais, a Prefeitura do Recife criou o *Sistema Municipal de Unidades Protegidas* (SMUP), em processo de aprovação em 2008. Contemplando o pequeno fragmento vegetal aos grandes maciços vegetados, áreas remanescentes de Mata Atlântica e ecossistemas associados como mangues, o Sistema também abrange parques, praças, espécies vegetais tombados como os baobás, além de recortes da paisagem que expressam a identidade do Recife.

O Sistema tem por objetivos garantir não apenas os atributos naturais de grande porte como maciços vegetais, cursos e corpos d'água, mas aqueles inseridos na malha urbana e que garantem amenização climática, recreação, acessibilidade. Subsidiar distribuição equilibrada de áreas verdes, ao mesmo tempo em que reconhece as singularidades das paisagens do Recife, possibilitando o planejamento ambiental sob a ótica da conservação urbana.

São definidos os conjuntos<sup>2</sup>:

- *Jardins Botânicos*: unidades protegidas, constituídas no todo ou em parte por coleções documentadas, sendo acessíveis ao público no todo ou em parte. Têm como um de seus objetivos oferecerem apoio técnico às Unidades de Conservação;

- *Unidades de Conservação da Natureza*: “espaços territoriais e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regimes especiais de administração, aos quais se aplicam garantias adequadas de proteção (SNUC)”;

---

<sup>2</sup> Ver PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. *Concepção do Sistema Municipal de Unidades protegidas do Recife*. Texto para subsidiar o texto-base da 1ª Conferência Municipal do Meio Ambiente, s.data.

– *Unidades de Conservação da Paisagem*: “recortes do território que revelam significativa relação entre o sítio natural e os valores materiais e imateriais, consolidados ao longo do tempo e expressos na identidade do Recife”;

- *Unidades de Equilíbrio Ambiental*: “espaços predominantemente vegetados e inseridos na malha urbana, que cumprem a função de manter ou elevar as qualidades ambiental e visual da Cidade, melhorando as condições de saúde pública e/ou promovendo a acessibilidade e o lazer”.

A importância dos cursos d’água, canais, lagoas, açudes e orla marítima na configuração da paisagem do Recife, bem como a colonização portuguesa e o domínio holandês determinantes na sua estruturação urbana foram evidenciados ao longo da Oficina, sobretudo nas visitas a campo, palestras e atividades de ateliê.

## **1. Visitas a campo, 24 e 25 de agosto.**

Com o objetivo de melhor apreender a estruturação do sistema de espaços livres da cidade do Recife e região metropolitana, considerando suas estruturas naturais de porte, formas de parcelamento do solo e tecidos urbanos, foram realizadas visitas de campo a pontos específicos e significativos da paisagem local, além de sobrevôo<sup>3</sup>.

O extenso levantamento fotográfico já se encontra catalogado e inserido no acervo do QUAPÁ-SEL, estando disponível aos pesquisadores da rede nacional.

Com relação aos locais visitados, a seleção foi feita pelo Laboratório da Paisagem da UFPE, que elencou projetos de diversas fases da urbanização local, desde pontos de caráter histórico que remontam a Maurício de Nassau (século XVII) até intervenções contemporâneas, e projetos de restauro.

Dia 24 de agosto.

- Locais visitados em Recife:
  - Calçadão da Praia de Boa Viagem
  - Marco Zero e arredores (centro histórico)
  - Rua do Bom Jesus (centro histórico)
  - Praça do Arsenal
  - Praça Salgado Filho (projeto B. Marx, ao lado do Aeroporto dos Guararapes)
  - Brasília Teimosa
  - Praça de esculturas de Francisco Brennand
  - Paço da Alfândega
  - Praça da República
  - Jardim Campo das Princesas
  - Parque 13 de Maio
  - Parque da Jaqueira
  - Praça Fleming
  - Praça da Vitória Régia ou Praça de Casa Forte (restauro de projeto B. Marx)

---

<sup>3</sup> Realizado por Ana Cecília Campos, Denis Cossia e Marco Salles em 24 de agosto.

- Praça Faria Neves, ao lado do Parque Dois Irmãos (restauro de projeto B. Marx)
- Açude de Apipucos
- Praça Euclides da Cunha ou Cactário da Madalena (restauro de projeto B. Marx)
- Praça do Derby (possível intervenção de B. Marx)

- Local visitado em Olinda:

- Espaço Ciência, projeto paisagístico de Luiz Vieira

Dia 25 de agosto – visita em Recife

- Poço da Panela

Quanto ao sobrevôo, ficaram evidenciados em Recife extensos trechos urbanos densamente ocupados. Nas áreas ao longo da orla marítima, como o bairro de Boa Viagem, e ao longo do curso do Rio Capibaribe – zonas ocupadas por camadas de maior renda, há o predomínio das torres isoladas no lote.

Nos bairros mais populares, compactos, as construções ocupam praticamente todo o lote, com pouca ou nenhuma área livre pública, à exceção dos campos de futebol conhecidos como campos de pelada, em número extremamente significativo e de grande expressão na vida coletiva dos bairros. Embora importantes estruturas para recreação, lazer e convívio nestes bairros, localizam-se comumente em terrenos de propriedade privada, o que lhes confere caráter transitório. A verticalização da orla é também bastante acentuada em Jaboatão dos Guararapes e para além do centro de Olinda, em direção norte.



Acima, a verticalização na Praia de Boa Viagem, ao longo do Rio Capibaribe e na orla marítima de Jaboatão dos Guararapes.



Os lotes densamente ocupados; os campos de pelada como alternativa de lazer e recreação; e os espaços livres não tratados inclusive nos assentamentos populares, e que não se restringem apenas ao Recife, mas municípios vizinhos.



Região metropolitana do Recife: a urbanização avançando por sobre as estruturas naturais.

## 2. Palestras, 25 de agosto.

A seleção dos palestrantes, assim como em outras Oficinas realizadas, buscou uma representação diversificada com membros da Universidade, Prefeituras da Região Metropolitana, e Movimentos Populares. Aqui são listados os principais pontos levantados, e as apresentações encontram-se arquivadas no acervo do QUAPÁ-SEL.

### 2.1. Abertura – Arquiteto Tomas Lapa, coordenador do programa de pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE.

O programa de pós-graduação está inserido na área de concentração de Desenvolvimento Urbano e possui três linhas de pesquisa:

- Conservação urbana integrada;
- Gestão e planejamento urbano;

- Estudos do ambiente construído.

O Laboratório da Paisagem se insere na primeira linha. Partiu da noção de conservação do patrimônio, ampliando suas análises para a compreensão de um sistema de espaços livres para a cidade do Recife. O estudo das “áreas verdes” e espaços livres era uma preocupação marginal três décadas atrás. Atualmente, a busca por um equilíbrio entre o ambiente edificado e o natural dirige as atividades de pesquisa.

## 2.2. “Os Sistemas de Espaços Livres e a Constituição da Esfera Pública Contemporânea no Brasil”. Arquiteta Fany Galender, núcleo QUAPÁ-SEL São Paulo.

A Oficina do Recife é a sétima realizada até a presente data<sup>4</sup>, e até o final de 2008 serão cerca de doze, o que comporá um panorama amplo para análises. Os núcleos encontram-se em estágios distintos de desenvolvimento.

Se inicialmente os trabalhos do Núcleo São Paulo trataram da conceituação de termos básicos como espaço, paisagem, espaço livre, sistema de espaços livres, além da análise de planos diretores e legislação pertinente, as discussões mais recentes tratam do sistema de espaços livres enquanto relações de dependência e articulação entre os espaços públicos e privados. Envolvem questões como apropriação pública, e pracialidade, conceito definido por Eugenio Queiroga<sup>5</sup> e que se refere às “diversas práticas espaciais conscientizadoras” propiciadas nas dimensões do cotidiano e da vida pública.

Os objetivos da pesquisa são:

- Aprofundar as discussões sobre espaços livres nas cidades, reconhecendo suas particularidades;
- O Sistema de Espaços livres como uma forma de condição da vida cultural urbana: como o Poder Público define, projeta e implanta estes espaços, e como é a gestão pública deles em cada cidade;
- A vinculação entre espaços livres e vida pública: a importância de se conhecer a diversidade de situações existentes, e como os espaços livres privados e sua estruturação podem esvaziar ou não a esfera pública de convívio.

Adota-se a existência de um sistema, que se constitui *a priori* da identificação da existência de espaços livres de edificação tanto público como privado. Da sua relação de complementariedade e dependência analisa-se: quais são os agentes envolvidos na produção do espaço, a propriedade fundiária, acessibilidade e

---

<sup>4</sup> As outras foram: Sorocaba, Maceió, Vitória, Campinas, Belo Horizonte, Curitiba.

<sup>5</sup> QUEIROGA, Eugenio Fernandes. *A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2001. (Tese de Doutorado).

apropriação, a legislação pertinente e suas implicações, as necessidades colocadas pelos usuários.

A meta maior da pesquisa é orientar políticas públicas frente à diversidade urbana em termos também de proteção ambiental. Espera-se como resultados a construção de referencial teórico e metodológico, além da identificação de termos comparativos. Para isto são fundamentais os núcleos locais de estudo e a rede de pesquisa para disseminar conhecimentos elaborados e adquiridos nas Oficinas.

Os procedimentos de trabalho do Núcleo São Paulo envolvem: reuniões semanais, ciclos de palestras, pesquisas de campo, montagem de acervo cartográfico, organização das Oficinas, Colóquios anuais, análise de material fotográfico e cartográfico, produção de textos específicos, análise de legislação urbanística e ambiental.

### **2.3. “A conservação da paisagem no Sistema de Espaços Livres Públicos do Recife”. Arquiteta Ana Rita Sá Carneiro e Arquiteta Mirela Duarte, Laboratório da Paisagem – UFPE.**

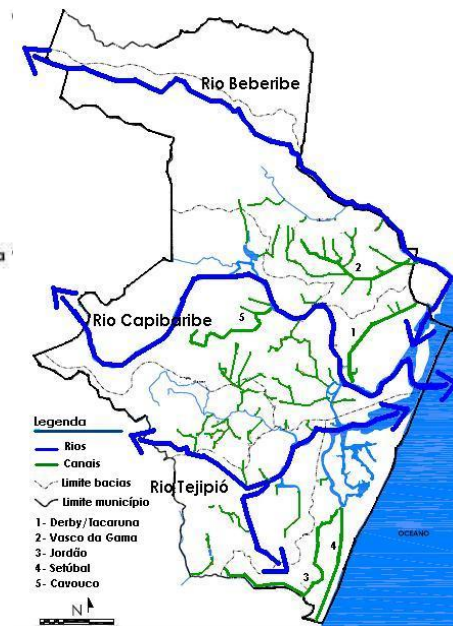
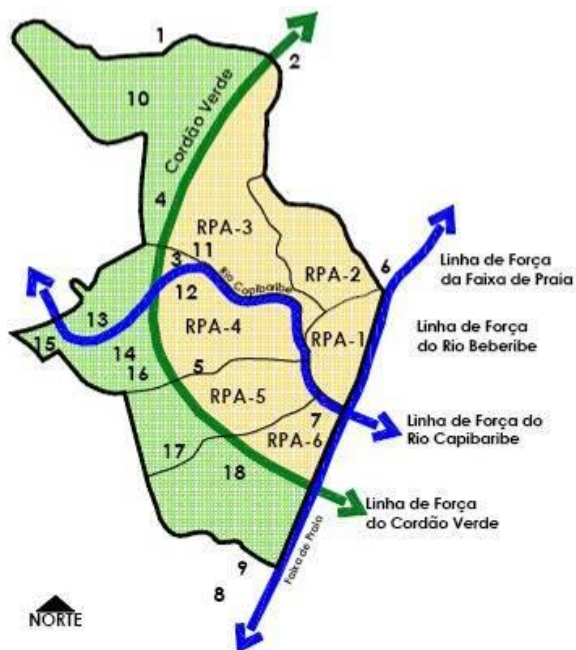
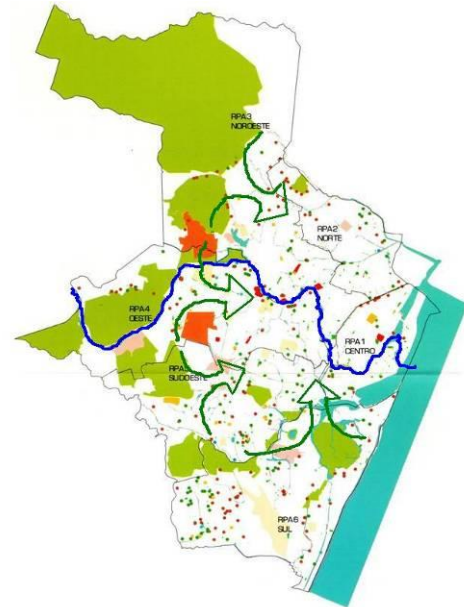
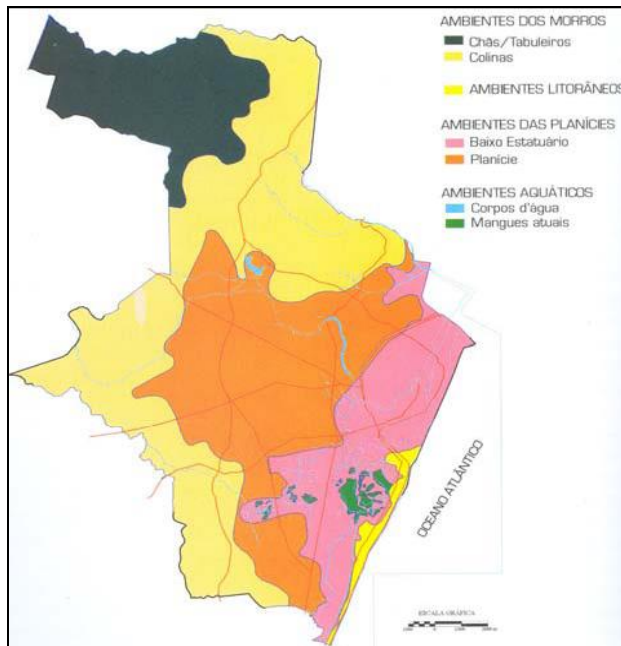
Foi destacada a evolução do trabalho do Laboratório da Paisagem: o que começou com o estudo das praças projetadas por Burle Marx e os jardins históricos, ampliou-se para a identificação e conceituação dos espaços livres na estrutura urbana, chegando a um sistema em potencial. As análises levaram a uma mudança de enfoque voltado para o estabelecimento de Unidades de Paisagem e suas implicações ambientais. Em termos conceituais, vem discutindo o que de fato é espaço público: por exemplo, a utilização do Parque da Jaqueira durante a semana por camadas mais abastadas e por camadas de mais baixa renda em finais de semana é quase um pacto – é espaço público de fato?

A interpretação da cidade do Recife enquanto ambiente partiu das unidades ambientais estipuladas pela legislação municipal de 1996, citadas na introdução do relatório<sup>6</sup>. A seguir, foi elaborado mapa de espaços livres, indicando as unidades de conservação, os *campi* universitários, praças e áreas vegetadas. Constataram que as maiores porções do território em termos de áreas livres correspondem às áreas de propriedade privada. E como linhas de força, foram estabelecidas a faixa de praia, Rio Capibaribe, Rio Beberibe e o chamado “cordão verde”. Num plano para o município, busca-se a reintrodução da vegetação na área urbanizada.

---

<sup>6</sup> São as Unidades Ambientais, aprovadas por legislação municipal em 1996 e descritas no *Atlas Ambiental do Recife* (2000): Ambiente dos Morros, Ambiente da Planície, Ambiente do Baixo Estuário, Ambiente Litorâneo, Ambiente Aquático.





As etapas preliminares para o estabelecimento das Unidades de Paisagem: as Unidades Ambientais, o cadastramento das principais estruturas de espaços livres, a divisão político-administrativa, os principais cursos d'água e o estabelecimento de linhas de força. Fonte: reprodução apresentação Arquiteta Ana Rita Sá Carneiro e Arquiteta Mirela Duarte, Laboratório da Paisagem – UFPE.

Para estabelecimento das Unidades de Paisagem, abandonaram a divisão político-administrativa (RPA) para adotar a conceituação proposta pelo *Observatori del Paisatge* da Cataluña e seu trabalho *Prototips de catàleg de paisatge (2006)*. A partir dos levantamentos e análises preliminares dos espaços livres públicos, unidades ambientais, e espaços edificados, determinaram as Unidades de Paisagem e as Paisagens Especiais.

A conceituação foi ainda revista sob a perspectiva da conservação da paisagem cultural, adotando categoria estabelecida pela UNESCO, com ressalvas, uma vez que consideraram toda paisagem cultural. Elencaram as Zonas Especiais do Patrimônio Histórico Cultural (ZEPH), imóveis especiais de preservação, monumentos tombados estaduais e federais.

A delimitação das unidades de paisagem se ampliou e estão trabalhando com as categorias:

- existência de espaços de conservação ambiental;
- existência de sítios históricos;
- existência de praças históricas, em especial as projetadas por Burle Marx;
- existência do elemento água (rios, lagoas, canais, açudes);
- existência de ZEIS com padrão de ocupação já consolidados que tenham um caráter de preservação histórica, uma identidade, como é o caso de Brasília Teimosa, Ilha de Deus e áreas dos morros, em especial o Morro da Conceição;
- existência de campos de pelada.

As paisagens já estabelecidas ainda se concentram ao longo do Rio Capibaribe, partindo do centro em direção ao interior, seguindo o eixo de expansão da cidade. A idéia é aplicar para o município do Recife como um todo.

A pesquisa, que ainda inventaria projetos de Burle Marx, coloca as seguintes questões:

- como identificar e caracterizar a paisagem do Recife?
- qual o caráter dessa paisagem cultural?
- como proteger os elementos naturais e construídos da paisagem?
- o que é uma paisagem-patrimônio?
- como conservar esta paisagem-patrimônio?

#### **2.4. Discussão.**

- Quanto ao método: critérios para definição das Unidades de Paisagem podem gerar inúmeras divisões, por que não estabelecer um mínimo de dois ou três aspectos associados? A experiência mostrou que ao determinar um critério, existem outros associados.
- Boa Viagem não seria uma Unidade de Paisagem por não ter uma conotação histórica, ou mesmo áreas vegetadas significativas, além de eliminar o padrão dos lotes com habitações unifamiliares e grandes quintais. Houve divergências, que seria sim uma linha de força e que a própria pesquisa aponta para isto. Poderiam incluir paisagens históricas e não históricas, abrangendo processos em consolidação.
- A importância de entender as Unidades de Paisagem como critério para análises e futuras intervenções, estabelecendo potencialidades e conflitos para ações de planejamento.

**2.5. “O espaço público na contemporaneidade”. Luciana Santiago Costa, doutoranda UFPE, Laboratório da Paisagem – UFPE.**

A pesquisa apresentada aborda o espaço público enquanto reflexo das ações sociais, econômicas, políticas e culturais, diferenciando-se ao longo da história. Destaca sua dimensão física (espaço concreto e material); dimensão social (local da vida pública e sociabilidade) e dimensão política (ações do Estado na vida pública)<sup>7</sup>.

Em especial, aborda o cotidiano no espaço público do Recife nos anos de 1920, e como sua estruturação foi reflexo das novas práticas sociais.

- intervenções de Saturnino de Brito;
- as grandes modificações introduzidas pela energia elétrica, telefonia, automóvel.
- as invenções cotidianas como os banhos de mar;
- o Governo Lorêto (1922-1926) e as ações públicas como: a abertura de vias e avenidas, e a introdução dos conceitos de parques e praças ajardinadas.
- a cidade se expande para a zona litorânea e principia-se um controle social. Para governantes, as camadas populares deveriam ser excluídas dos espaços urbanizados.

**2.6. “Esportes nos círculos populares”. Antonino Fernandes. Autarquia “Geraldão”, vinculada à Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer.**

O Programa CPEL, ou *Círculos Populares de Esporte e Lazer*, atende segmentos da infância, juventude, adultos e idosos em 60 comunidades do Recife. Sua implantação busca oferecer atividades sistemáticas de Esporte e Lazer, baseado na educação. Querem garantir às crianças o direito à “rua” – praças, parques para fins culturais. O Programa iniciou-se com o levantamento de equipamentos de esporte e lazer em Recife (2001-2008). A partir deste cadastro, e das ações implementadas então, foi possível analisar como estes influenciam a disputa pelo espaço público, e como se alteram as relações sociais.

Dos cerca de 1,5 milhão de habitantes do município, praticamente 1,1 milhão estão na pobreza, sendo que a população jovem/ adulta e idosos tem crescido. Segundo o *Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife* a cidade possui três áreas: o anel central ou centro funcional que concentra grandes investimentos; o anel intermediário que concentra os grandes eixos viários e o anel periférico onde está a maior parte da população carente, sem equipamentos ou infra-estrutura projetados.

Ações da política de Esportes:

- implantação dos *Círculos Populares de Esporte e Lazer*, analisando as ações já implantadas pelo país;
- diagnóstico dos equipamentos;
- estruturas e organização política;
- desafios: elaborar projeto para atender o setor de acordo com os valores defendidos pela gestão política do setor.

Começaram por Brasília Teimosa, onde apesar da urbanização da orla com a remoção das palafitas, não conseguiram criar espaços adequados e característicos

---

<sup>7</sup> Para referências bibliográficas, ver apresentação em específica.

para os idosos. Este segmento se mostrou o mais organizado para fazer suas reivindicações do que outros grupos.

Projetos que compõem o CPEL:

- Círculos de convivência de esporte, lazer e juventude;
- Futebol Participativo (masculino e feminino, diversas faixas etárias);
- Esporte do mangue (skate, BMX, música – vão editar cd de bandas);
- Educação Esportiva: temporadas, jogos municipais da rede escolar, formação continuada dos educadores;
- Arco do Esporte e Lazer do ProJovem;
- Rede Física esportiva.

Segundo levantamento, o estado da infra-estrutura em 2001 pode ser resumido:

- insuficiência e mau estado de conservação;
- espaços públicos controlados por associações de moradores ou esportivas que privatizam estes espaços (cobram para usar campos);
- equipamentos padronizados que não atendem particularidades da população e concentrados nas áreas centrais e nobres. O não reconhecimento dos campos de pelada ou futebol de várzea;
- cidade possui oito parques de lazer: são 0,70 m<sup>2</sup> de área verde por habitante quando a Lei Estadual nº 9.990 indica 6 m<sup>2</sup> nas nucleações e 8 m<sup>2</sup> nos interstícios;
- pulverização de órgãos com intervenção no setor dificultando o desenvolvimento de políticas;
- ausência de instrumentos legais de preservação;
- conflitos na elaboração de novos equipamentos.

Linhas de ação:

- Pesquisa: em 2000 havia ausência de informações sobre os equipamentos de esporte e lazer, e as ações públicas estavam restritas aos parques e praças, com investimentos prioritários nas áreas nobres. Já em 2007, o cadastro existe com constante atualização, recuperaram mais de cem praças principalmente na periferia, e fizeram parcerias entre os órgãos com intervenção nos equipamentos de esporte e lazer.
- Re-qualificação: reforma ou mesmo construção de novas praças.
- Democratização: contra a apropriação irregular, liberando doze equipamentos antes privatizados como o Campo da União em Macaxeira.
- Regularização: os equipamentos acima citados não estão inseridos nas praças e parques e não tinham garantia de manutenção. Hoje são mantidos pelo Poder Público e só dá certo com o apoio popular.
- Gestão: compartilhamento de gestão entre o Poder Público e sociedade. Implantaram oito comissões e quatro estão em formação. Sem esta parceria com usuários não é possível recuperar, serão depredações constantes.

Entre os desafios que se colocam estão: melhoria da estruturação da atuação dos órgãos de intervenção voltados para esporte e lazer; planejamento urbano que considere o equilíbrio entre os direitos sociais dentre eles o direito ao lazer; implantação de projetos estruturadores para garantir o esporte e lazer; criação do sistema nacional de esporte.

## **2.7. Discussão.**

- Constantes embates entre a implantação de equipamentos esportivos em praças, sobretudo as de caráter histórico. Praça não é parque, mas há de se achar um ponto de equilíbrio.
- Por vezes equipamentos são instalados sem constante apoio como o projeto *Academia na Cidade*, onde o uso de aparelhos de ginástica sem supervisão pode ser prejudicial aos usuários (Parque da Jaqueira).
- A apropriação de espaços públicos por grupos é uma constante – existe espaço público de fato? Mesmo em parques, as quadras esportivas são apropriadas por determinados grupos que restringem sua utilização por outros.
- Diferentes concepções do espaço: pista de skate foi vetada na Rua da Aurora porque arquitetos acharam que impediria a visual do rio e comprometeria o mangue, apesar da demanda da população. Por outro lado, há quem argumente se de fato esta reivindicação era procedente e representativa.
- A não padronização de equipamentos esportivos e de lazer cria maior diversidade de uso.
- Em diversas cidades nota-se a falta de articulação entre os órgãos públicos responsáveis por um mesmo assunto, no caso, os espaços públicos. Sem esta articulação, não se estabelecem diretrizes programáticas e projetuais, e muito menos critérios de gestão.
- Ressaltou-se que o projeto CPEL partiu de um levantamento acurado da situação, contrapondo-se à crônica falta de informação sobre o desempenho dos espaços existentes.
- Importância do envolvimento da população para que as iniciativas implementadas não se percam.
- O orçamento participativo foi importante: quando a população reconheceu esporte e lazer como um direito, estes itens passaram a ser a segunda reivindicação no orçamento.

**2.8. “Sistema Municipal de Unidades Protegidas – SMUP”. Arquitecta Lúcia Veras, Secretária Municipal de Planejamento Participativo, Obras e Desenvolvimento Urbano e Ambiental, Diretoria de Meio Ambiente, e docente UFPE.**

A criação de um *Sistema Municipal de Unidades Protegidas (SMUP)* teve como antecedentes o Estatuto da Cidade e seu entendimento do ambiente natural e a conservação da natureza na paisagem urbana. Além disso, a revisão do Plano Diretor 2006/07, ainda em aprovação em 2008, incorpora a visão ambiental do Estatuto da Cidade. Define macrozoneamento que considera os patrimônios natural e construído, entendidos como um mesmo sistema. A Macrozona do Ambiente Natural (MAN) tem a predominância das áreas naturais com edificações e na Macrozona do Ambiente Construído (MAC) a situação se inverte.



Linha de Força ou Cordão Verde. Fonte: Espaços Livres do Recife, 2000. Laboratório da Paisagem/UFPE, reproduzido na apresentação de Lúcia Veras.

Se existe o *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)* por que criar o SMUP? Segundo o SNUC, só os grandes maciços seriam considerados e as unidades do Recife não se encaixavam. Usaram o artigo 6º que permite a criação de outras unidades. Tal é o adensamento construído que qualquer área vegetada é considerada amenização climática.

As áreas remanescentes da Mata Atlântica e seus ecossistemas associados, os parques, as praças, os espécimes vegetais tombados, os espaços públicos e privados vegetados e outras riquezas do solo e subsolo são os elementos estruturadores do SMUP. Entre seus objetivos estão:

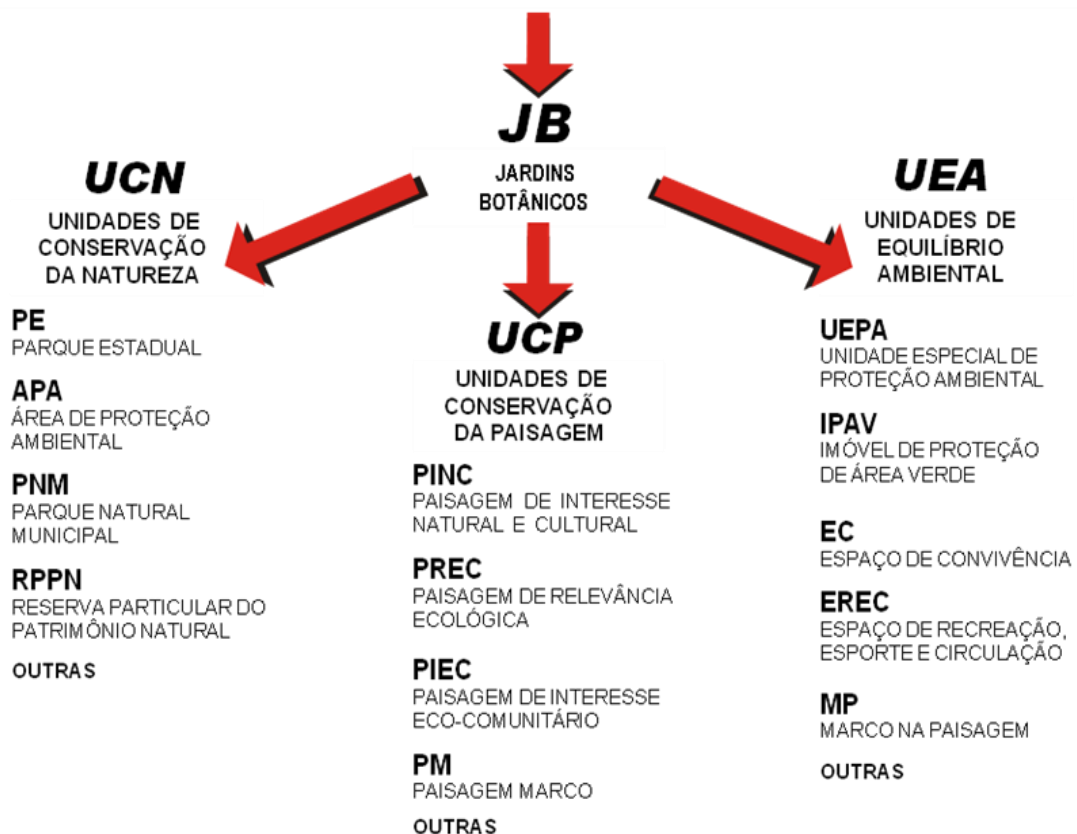
- reconhecer as singularidades das paisagens do Recife, de forma a subsidiar o planejamento ambiental sob a ótica da conservação urbana integrada à escala metropolitana;

- proteger os recursos ambientais da Cidade, considerando os grandes maciços vegetados, cursos e corpos d'água, bem como os espaços inseridos na malha urbana, que são áreas de amenização climática, de recreação e de acessibilidade;
- subsidiar a distribuição equilibrada das áreas verdes na Cidade;
- contemplar do indivíduo arborescente aos maciços vegetados.

Já são 25 as unidades de conservação municipais (ZEPA-2) protegidas por legislação específica agrupadas inicialmente nas seguintes categorias: áreas potenciais; árvores tombadas; espaços de convivência; IPAV (imóveis de proteção de áreas verdes)<sup>8</sup>; margens dos canais; morros vegetados; paisagens singulares; parques; praças e praças com projeto de Burle Marx.

O trabalho avançou em um agrupamento das ZEPA-2 por condição de conservação do patrimônio e tipo de estrutura, seguido de novo agrupamento dos “verdes urbanos” por condição de conservação e inserção na paisagem do Recife, definindo a seguinte configuração:

## SISTEMA MUNICIPAL DE UNIDADES PROTEGIDAS **SMUP DO RECIFE**



prefeitura do recife | secretaria de planejamento participativo, obras e desenvolvimento urbano e ambiental | **diretoria de meio ambiente**

Fonte: Reprodução apresentação Lúcia Veras.

<sup>8</sup> O IPAV é o modelo urbanístico onde se preserva, por exemplo, uma casa e seus jardins e parte do terreno é usado para se construir um edifício. Foram fotografados alguns exemplos em Recife e que estão disponíveis no acervo fotográfico do QUAPÁ.

## 2.9. “Espaços Livres de Olinda”. André Pina, Prefeitura de Olinda.

O município de Olinda é o menor da Região Metropolitana do Recife, com 40,83 km<sup>2</sup> e uma população de 367,9 mil habitantes, com uma enorme densidade habitacional (9.000hab/km<sup>2</sup>). Possui área rural de 900 ha habitados por 500 famílias produtivas. Seu centro histórico corresponde a 21% da área total do município. São listadas mais de 60 favelas.

A proximidade do centro de Recife, a apenas 6 km, gera problemas para o comércio local. Visita-se Olinda, mas os turistas não ficam na cidade, nem ali se hospedam, gastando em média 40 minutos no local. Há problemas em compatibilizar o desenvolvimento com a preservação histórica. Ex: construção de viaduto que inclusive removeria trânsito pesado do centro histórico ainda não aprovado pelo IPHAN. Entre os espaços livres mais significativos do município estão:

- Lagoas Jardim Brasil, antigas minas de fosfato: há dificuldade para impedir ocupação de suas margens;
- Parque Salgadinho, na entrada da cidade, protegendo visualmente o acesso à cidade;
- praias: erodidas pelo mar na área central, destruindo casas. Foi necessário construir diques ou arrecifes artificiais, perdendo o potencial de praias de mar aberto e acarretando o acúmulo de lama junto à orla.

Quanto ao centro histórico, as áreas vegetadas são constituídas basicamente pelos quintais das casas, existindo cerca de 20 praças. As massas vegetadas mais significativas são:

- Horto Del Rey. É propriedade particular, em processo de desapropriação;
- Hotel 7 Colinas. Também propriedade particular, onde as construções ocupam apenas 2% do terreno;
- Sítios dos conventos de São Francisco, da Colina do Carmo e dos Beneditinos. Os três se conectam, mas apresentam problemas estruturais como cortes nos morros e trânsito pesado;
- Sítio do Convento das Beneditinas do Monte;
- Sítio do Convento da Conceição com magnífica vista do Horto;
- Parque do Carmo: conjunção de áreas verdes desapropriadas;
- “Fortinho” – integrado novamente à praia com desvio no sistema viário.

Atuam nos espaços livres as Secretarias do Patrimônio, de Obras, do Planejamento e do Meio-ambiente. Do total das verbas conseguidas pelo *Projeto Monumenta* para recuperação de bens, 80% foram usados em áreas públicas. Não havia sentido recuperar uma dada edificação se seu entorno encontrava-se deteriorado. Com os resultados, foi possível atrair outros parceiros como o BNDES.

Entre os projetos executados podem ser listados: embutimento da fiação elétrica por trás de platibandas; revestimento do Canal da Malária com deslocamento da população e criação de parque linear; acessibilidade universal aos monumentos segundo a NBR 9050; recuperação de pisos de vias públicas seguindo critérios de restauro, entre outros.



### **3. Atividades em Ateliê, 26 de agosto.**

#### **Discussão e elaboração de proposta acerca do sistema de espaços livres públicos da cidade do Recife e região metropolitana.**

Os trabalhos começaram com a síntese das apresentações do dia anterior, destacando:

- como a Prefeitura vem discutindo a conceituação de suas unidades de conservação, trabalhando suas particularidades, e a paisagem gerada;
- a importância da integração dos diferentes órgãos públicos na gestão do sistema de espaços livres públicos;
- critérios para o estabelecimento das Unidades de Paisagem e sua importância para o planejamento urbano;
- a importância da participação popular para as intervenções no espaço livre público, e as dificuldades para uma representatividade efetiva;
- equipamentos de esporte e lazer como instrumentos para educação;
- o conhecimento da diversidade de situações existentes, além de levantamento criterioso para orientar políticas públicas.

Foram criadas três equipes cujos temas foram adaptados às características da Região Metropolitana local: (1) Sistema de Espaços Livres Públicos e Áreas de Conservação e Preservação; (2) Sistema de Espaços Livres Privados e Tecidos Urbanos; e (3) Áreas de Interesse Histórico e Turístico.

Participantes:

- Equipe 1: Sistema de Espaços Livres Públicos e Áreas de Conservação e Preservação.

Leda Bernardi, mestranda UFPE;  
Lúcia Veras, docente UFPE – Prefeitura da Cidade do Recife;  
Luciana Santiago Costa, doutoranda UFPE;  
Maria Inês Oliveira, EMLURB;  
Michelle Lima, Prefeitura da Cidade do Recife;  
Natália Araújo Guilhermino, mestranda UFRN;  
Pedro Mergulhão, mestrando UFPE;

- Equipe 2: Sistema de Espaços Livres Privados e Tecidos Urbanos.

Eliábi Marques, graduando UFPE;  
Gisele Amorim, arquiteta e urbanista;  
Marina Gonçalves, arquiteta e urbanista;  
Mirela Duarte, graduanda UFPE;  
Paula Peixoto, ADEMI<sup>9</sup>;

- Equipe 3: Áreas de Interesse Histórico e Turístico.

Maria de Fátima, Prefeitura da Cidade do Recife;  
Heitor de Andrade Silva, doutorando UFRN;

---

<sup>9</sup> ADEMI – Associação de Dirigentes de Empresas do Mercado Imobiliário.

Luciana Amorim, graduanda UFPE;  
Patrícia Menezes, graduanda UFPE;  
Rodrigo Gonçalves, graduando UFPE;

Os trabalhos contaram ainda com a organização de Tharcila Maria Soares Leão e Rafaela Mabel, do Laboratório da Paisagem da UFPE.



Houve ainda visita do **arquiteto paisagista Luis Vieira** que conversou com os participantes da Oficina sobre o mercado de projetos paisagísticos. Segundo ele, em meados dos anos de 1980, o mercado era bastante restrito, não se contratavam projetos paisagísticos nem para os novos edifícios à beira-mar. Não havia uma preocupação com o projeto específico do espaço livre, inclusive por parte dos arquitetos.

Com a vinda de grandes incorporadoras do sul como Cyrela e Gafisa, o cenário mudou. Posteriormente, a atuação dos escritórios e profissionais de São Paulo em Recife e região acirrou o mercado, e esta concorrência só tende a valorizar os projetos. Estão sendo feitas parcerias com escritórios e profissionais locais.

Os loteamentos fechados não são uma tendência, são poucos e localizados dentro do tecido urbano consolidado da cidade, diferentemente do que acontece em São Paulo. O seu escritório está projetando um Alphaville em Jaboatão, e a construtora Odebrecht fará outro na Lagoa Olho d'Água. Existem, ainda, os *resorts* para veraneio em locais como Porto de Galinhas.

Percebe-se a existência dos grandes condomínios de edifícios residenciais com três ou mais torres, de padrões distintos como o empreendimento próximo ao Shopping Recife, com apartamentos de até 70 m<sup>2</sup>, até outros mais sofisticados. O programa das áreas de lazer residenciais não foge muito às quadras de esporte ou pista de *Cooper*, e segue influência do mercado paulista. Os condomínios empresariais com praças corporativas são poucos como um projeto desenvolvido próximo à Brasília Teimosa. Os empreendimentos apontados por Luis Vieira foram incorporados ao trabalho das equipes.

A saída de moradores de suas casas para apartamentos é uma realidade, assim como a saída de um apartamento para outro, é o padrão dominante. As áreas vegetadas correspondentes aos quintais estão sendo substituídas por prédios com jardins sobre lajes.

Segundo ele, Recife carece de intervenções urbanas de porte em termos de paisagem urbana centradas nos espaços livres. O próprio Poder Público tende a ocupar áreas livres com edificações como o projeto de implantação de teatros de grande porte no Parque Coqueiral. Segundo Vieira, seria fundamental o resgate dos canais do Recife, possível com a remoção dos usos indevidos e executando replantio de suas margens. Estruturas naturais como mangues não sofrem o preconceito que existe no Rio de Janeiro, e este fato se deve também ao *mangue beat* de Chico Science.

Com a Universidade de Olinda, Luis Vieira executa projeto para recuperar as praias da cidade.

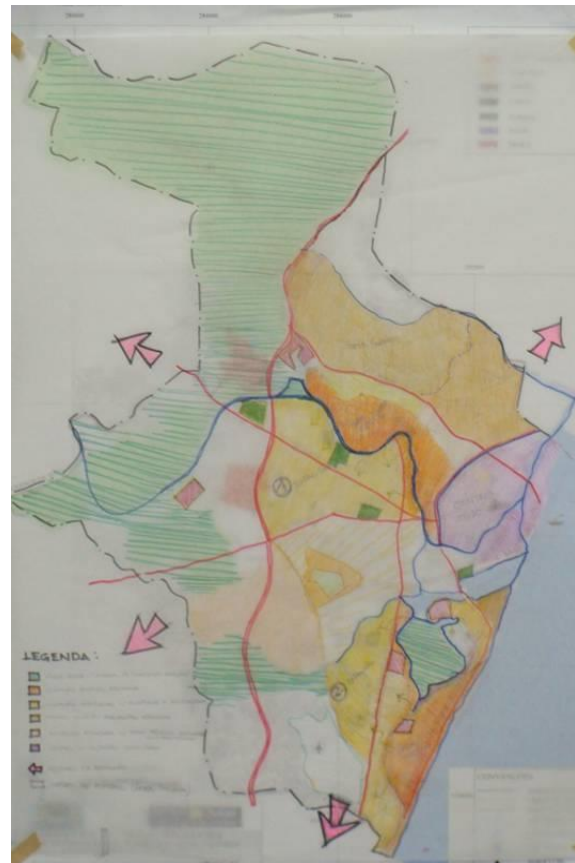
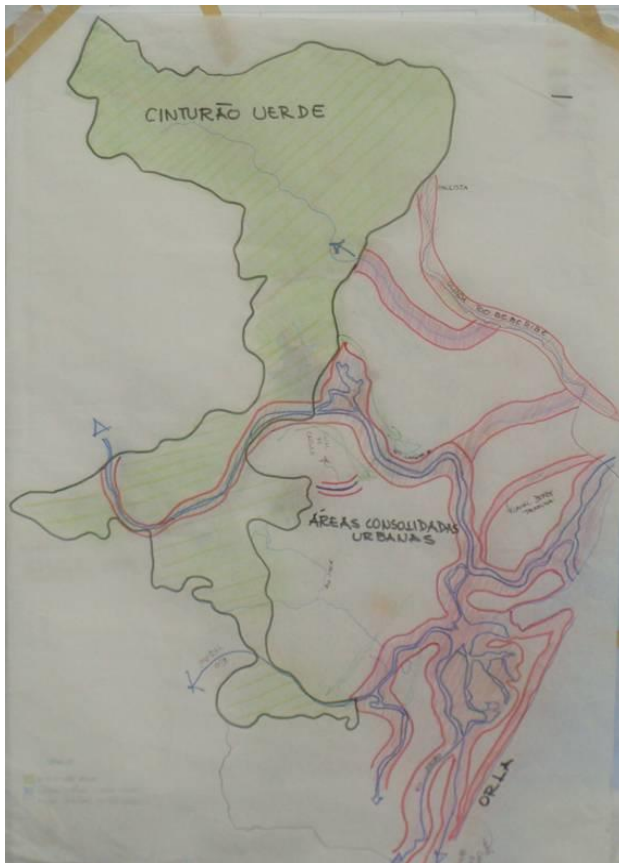
### **Resultados da Oficina**

Cada equipe apresentou suas conclusões em forma de mapas, além de identificar as características, os conflitos e as potencialidades específicas dos temas abordados. Estes dados foram organizados na forma de um quadro síntese. A discussão contou também com a presença do docente da área de Planejamento **Prof. Roberto Montezuma**. Apesar de reiterados pedidos de interpretação para toda a Região Metropolitana, houve dificuldade das equipes ampliarem suas análises além do município do Recife.

Na discussão ficou evidenciado o papel dos rios urbanos como possível articulador das estruturas naturais, dos parques, das praças e dos pontos de interesse da paisagem. Foram destacadas as visuais possíveis como pontos a serem preservados, além da incorporação das manifestações culturais tão presentes no cotidiano e a construção do eixo turístico-histórico entre Olinda e Recife.

Além disto, destacou-se a importância de revisão da legislação no que se refere à criação de espaços livres públicos, uma vez que a substituição de padrões de ocupação como, por exemplo, a verticalização e conseqüente adensamento populacional da Praia de Boa Viagem não foi objeto de revisão de seu sistema de espaços livres públicos. No caso específico de Boa Viagem, eventuais espaços livres públicos criados anteriormente à Lei nº 6.766, não foram redimensionados quando se alterou o padrão inicial de casas isoladas no lote. E mesmo posteriormente à vigência da legislação federal, novos loteamentos por vezes não implantaram ou alteraram os projetos urbanísticos aprovados no que se refere aos espaços livres públicos.

Entretanto, novas medidas têm sido tomadas no sentido de preservação de estruturas urbanísticas existentes como a chamada *Lei dos Doze Bairros* que impede verticalização e adensamentos excessivos nos bairros centrais do município do Recife, preservando a atual configuração construída.



Equipe 1: a recuperação dos canais existentes, integrando-os à paisagem urbana, adequando suas margens para lazer, recreação, além da preservação e conservação de seus recursos naturais; Equipe 2: definição dos principais tipos de tecido urbano e vetores de expansão, além da localização de loteamentos fechados.



Equipe 3: os portais de acesso, os circuitos possíveis, integrados pelos canais.

## Quadro síntese das apresentações

	<b>Caracterização</b>	<b>Conflitos</b>	<b>Potencialidades</b>
<b>Espaços Livres Públicos</b>  <b>Equipe 1</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Parques</li> <li>• Áreas de conservação (margens de rios/mangue)</li> <li>• Caráter peculiar de Recife</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Especulação imobiliária</li> <li>• Invasões</li> <li>• Poluição</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Áreas com potencial para parques - cinturão verde (oeste/sul)</li> <li>- intervenção nas margens dos rios</li> <li>- despoluição/ educação</li> <li>- grandes tipologias consolidadas/ gestão</li> <li>• Definição urbana no entorno dos espaços livres públicos</li> </ul>
<b>Espaços Livres Privados</b>  <b>Equipe 2</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Vetores de urbanização -condomínios verticais (Boa Viagem)</li> <li>- condomínios horizontais</li> <li>- clubes</li> <li>- quintais de casas</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Áreas verticalizadas sem qualidade ambiental</li> <li>• Loteamentos que não executaram espaços livres públicos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Qualidade ambiental (ex: Lei dos Doze Bairros)</li> <li>• Instrumentos legais</li> </ul>
<b>Turismo Cultura</b>  <b>Equipe 3</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Portais (terrestres/mar)</li> <li>• Eixo histórico</li> <li>• Corpos d'água/ litoral</li> <li>• Manifestações culturais</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Ocupações irregulares</li> <li>• Interesse imobiliário x Interesse turístico</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Evidenciação dos limites (marcos)</li> <li>• Eixo do Rio (histórico)- pontos de Interesse</li> <li>• Recife- Olinda</li> <li>• Circuitos de bairros (espaços urbanos e eventos)</li> <li>• Mirantes</li> <li>• Sul: atividades dia (praia) e noite (bares, restaurantes, vida noturna)</li> <li>• Corredores ecológicos, visitas via rio, ciclovias</li> <li>• Engenhos/ bonde</li> <li>• Circuito Burle Marx</li> </ul>

## Referências Bibliográficas

AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – CPRH. *Localização, Área e População do Núcleo Metropolitano*. Disponível em [www.cprh.pe.gov.br/downloads](http://www.cprh.pe.gov.br/downloads) com acesso em setembro de 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. *Concepção do Sistema Municipal de Unidades protegidas do Recife*. Texto para subsidiar o texto-base da 1ª Conferência Municipal do meio Ambiente, s.data.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RECIFE. *A cidade do Recife*. Disponível em [www.recife.pe.gov.br/secplanejamento/infocrec](http://www.recife.pe.gov.br/secplanejamento/infocrec) com acesso em setembro de 2008.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes. *A megalópole e a praça: o espaço entre a razão de dominação e a ação comunicativa*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2001. (Tese de Doutorado).